

AS RELAÇÕES BRASIL-VENEZUELA E OS DESAFIOS DA ORDEM GLOBAL EMERGENTE

Paulo G. Fagundes Vizentini

RESUMO

O presente artigo analisa as respostas de dois países latino-americanos, Brasil e Venezuela, frente aos desafios da emergência de uma Nova Ordem Global, na segunda metade dos anos 80 e primeira dos anos 90. Paralelamente à análise da crise e das mudanças por que passaram ambos países, as quais dão suporte a determinadas respostas internacionais, este estudo procura refletir sobre as especificidades, mas, sobretudo, sobre as semelhanças dos desafios que se abem para a política externa de ambos países. Conclui que ambos possuem determinadas características e necessidades comuns, possibilitadoras de um acercamento bilateral e de uma integração nos marcos da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALC-SA), como forma de contrabalançar o poder de atração do NAFTA.

Es cierto que el libre comercio se erigía en el estandarte de los vencedores, (y) que el modelo cepalista había perdido viabilidad ante la crisis a la cual lo condujeron la caída sostenida de los precios de las materias primas y el peso de la deuda externa. Pero ¿Por qué transformar en derrota incondicional lo que no pasaba de ser una derrota parcial? Al igual que Tallyrand en la Francia de 1814, la mayoría de los gobiernos latinoamericanos consideraran que el desarme unilateral constituía la mejor vía para superar la desconfianza del mundo industrializado hacia la región y acceder, de esta manera, a un buen nivel de credibilidad internacional. La ingenuidad fue grande. (...) La búsqueda de la regionalización dentro de la globalización, es decir, del regionalismo abierto, se ha transformado en una salida ines-

Paulo G. Fagundes Vizentini é professor de História Contemporânea na UFRGS, Doutor em Relações Internacionais.

Paper apresentado ao Seminário "Venezuela e Brasil na Política Internacional", promovido pelo Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, Brasília, junho de 1995.

capable para sobrevivir dentro de las duras realidades del comercio internacional. La búsqueda de una integración regional o hemisférica que nos brinde mayores opciones de supervivencia en este mundo darwiniano se convierte en una vía inescapable.

Alfredo Toro Hardy, Embaixador da Venezuela no Brasil.

INTRODUÇÃO

Durante os anos 90, aprofundaram-se e aceleraram-se as transformações no sistema internacional, esboçadas na década de 70 e intensificadas na década seguinte. Pode-se considerar, mesmo, que episódios como a queda dos regimes socialistas do leste europeu no segundo semestre de 1989 e a própria desintegração da União Soviética em 1991, marcaram o fim da era do segundo pós-guerra e do próprio “século XX curto”, dando origem ao que o Presidente Bush denominou, no encontro de Malta, como a “Nova Ordem Mundial”.

Esse fenômeno conduziu a maioria das nações a buscar adequar-se rapidamente às transformações em curso, numa perspectiva demasiadamente fixada nos paradigmas formulados a partir dos países do Norte. Tal política trouxe resultados negativos para muitos países em desenvolvimento, que, precipitadamente, consideraram esvaziadas as possibilidades da cooperação Sul-Sul. No caso do Brasil, felizmente já se encontrava em curso a aproximação com a Argentina, a qual serviria de base para a constituição do MERCOSUL. Mesmo assim, outras possibilidades deixaram de ser devidamente aproveitadas.

No caso da Venezuela, a situação diferia substancialmente da do Brasil, uma vez que a economia daquele país possibilitava a tentativa individual de uma nova inserção internacional. A ilusão dos que acreditavam na viabilidade de tal estratégia, tanto na Venezuela como no Brasil, todavia, durou pouco.

As consequências sócio-políticas internas da implementação de reformas de cunho neoliberal em ambos os países, entretanto, tiveram aspectos negativos e, no caso da Venezuela, extremamente perigosos. Uma alteração de rumos foi inevitável para Caracas e Brasília, tanto no que se refere à inserção internacional de cada um, como, em particular, na relação de ambos, pautada desde então por um adensamento e pela coincidência de muitas perspectivas.

Nesse sentido, este artigo objetiva discutir a situação e as possibilidades da Venezuela e do Brasil na busca de uma forma de inserção internacional, no quadro do atual processo de globalização econômica, que

permita a cada um conservar o desenvolvimento alcançado e aprofundá-lo. Obviamente que tal perspectiva visa, em primeiro lugar, a analisar a cooperação entre Brasil e Venezuela, no quadro das necessidades de cada um desses países na busca da internacionalização e do desenvolvimento.

Cabe ressaltar, entretanto, que este *ensaio* constitui apenas um trabalho *exploratório*, uma vez que foi elaborado em um tempo bastante exíguo, não se tratando portanto de uma pesquisa apoiada em fontes de acesso mais restrito, nem discutida diretamente com outros especialistas. Assim, sendo os leitores especialistas na política externa da Venezuela ou do Brasil, o texto não poderia deixar de ser senão um elemento introdutório para o desencadeamento de uma discussão mais aprofundada, objeto deste seminário. Seu ponto de partida foram minhas investigações sobre o sistema internacional emergente e as relações exteriores do Brasil, bem como uma pesquisa sobre a situação política da Venezuela durante o segundo Governo Carlos Andrés Pérez, realizada para a FUNAG/MRE e publicada no Caderno do IPRI nº 13.

AS POLÍTICAS EXTERIORES DA VENEZUELA E DO BRASIL: CONTINUIDADES E RUPTURAS

A análise das atuais perspectivas da Venezuela e do Brasil no âmbito da política mundial, ainda que apoiando-se primordialmente nos instrumentos interpretativos da Ciência Política e da História Imediata (ou do Tempo Presente), os quais valorizam os fatos conjunturais e as ações dos Homens de Estado, não pode prescindir do conhecimento de algumas estruturas de média e longa duração, nos limites das quais se circunscrevem as relações internacionais de ambos os países. As políticas exteriores da Venezuela e do Brasil independentes foram estruturalmente diferentes até período relativamente recente, e as relações entre os dois países quase inexistentes durante o século passado e a maior parte do atual.

A Venezuela teve sua diplomacia fortemente condicionada pelo seu passado colonial, de periferia no conjunto das possessões espanholas, mas constituiu-se um dos centros irradiadores do processo de independência colonial. Entretanto, até o início do século XX o país não havia ainda concluído a construção do Estado Nacional. Uma população rarefeita e desigualmente distribuída trabalhava numa precária economia primário-exportadora, enquanto o caudilhismo e as lutas internas marcavam a vida da elite agrária e militar. Com tal debilidade e instabilidade interna, a Venezuela foi um ator bastante modesto nas relações internacionais, perdendo, inclusive, boa parte do território nacional para os Estados vizi-

nhos e para a potência colonial inglesa, através da demarcação desfavorável das fronteiras contestadas. O resultado só não foi pior devido à rivalidade existente entre os Estados Unidos e as potências européias durante o século passado e no início deste, como no episódio da tentativa de intervenção européia em 1902.

Durante esse período, a Venezuela não possuiu nenhuma vinculação internacional privilegiada. Entretanto, ao longo da ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935), iniciou-se a prospecção petrolífera em escala econômica (ligada ao capital estrangeiro), construiu-se uma infraestrutura viária e o Estado foi dotado de uma administração centralizada. O Estado Nacional consolidava-se e o ciclo exportador petrolífero criava vinculações privilegiadas com os Estados Unidos.

O Brasil, por seu turno, constitui o único herdeiro da América Portuguesa, dotado de um Estado centralizado e de continuidade diplomática com relação ao período colonial, particularmente quanto à expansão territorial, que estendeu-se até a primeira década do século XX. Além disso, o processo de emancipação do Brasil pautou-se por fortes traços de continuidade conservadora, ao contrário do caráter consideravelmente revolucionário da independência venezuelana. Quanto à inserção econômica internacional, o Império brasileiro caracterizou-se pela dependência frente à Inglaterra, enquanto na região do Prata desenvolvia uma luta conjunturalmente autônoma por seus próprios interesses, disputando a hegemonia regional com a Argentina.

A transição que acompanhou a proclamação da República (1889) e, sobretudo, a gestão Rio Branco no Itamaraty (1902-12), iniciam uma nova fase na política externa brasileira. Uma vez fixadas (favoravelmente) as fronteiras litigiosas do país, completando-se a formação do espaço geopolítico, a diplomacia passa a buscar a inserção brasileira no contexto hemisférico, através da “aliança não-escrita” com Washington. Assim, até o fim dos anos 50 as relações exteriores do Brasil estarão voltadas essencialmente para os EUA.

É importante notar que durante este período, caracterizado pela *unipolaridade vertical Norte-Sul sob hegemonia norte-americana*, o país chegou a esboçar uma política externa relativamente autônoma frente à Casa Branca, sob a forma de uma “barganha nacionalista”, visando a obter recursos para o desenvolvimento industrial. Isto se deu através da tentativa de estabelecer um relacionamento mais favorável com os EUA, seja pela “equidistância pragmática” de Vargas nos anos 30, seja pelo nacionalismo de perfil desenvolvimentista de seu segundo governo (1951-54) e do governo Kubitschek após o desencadeamento da

Operação Pan-Americana (1958-61) (VIZENTINI, 1995).

A Venezuela, por sua vez, ao longo de meio século, conheceu apenas uma curta experiência democrática, o *triênio*, estabelecendo-se em seguida a ditadura do General Marcos Pérez Giménez, estreitamente vinculada aos Estados Unidos. Durante este regime o país chegou a ser o segundo produtor mundial de petróleo, estabilizando-se as relações entre os diversos setores da elite sócio-econômica. Contudo, o notável desenvolvimento econômico foi marcado por profundas distorções setoriais, regionais e sociais. Em 1958, o regime militar foi derrubado e o poder civil estruturou-se através do *Pacto de Punto Fijo*, o qual estabelecia os parâmetros de uma democracia de fortes contornos populistas e baseada num sistema essencialmente bi-partidário. A Ação Democrática (AD, de orientação social-democrata) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI, de tendência democrata-cristã) alternaram-se no poder, sem mudar as estruturas essenciais do país, respeitando o que fora acordado no Pacto.

A política externa venezuelana teve, desde então, como um dos seus pilares a defesa dos regimes democráticos no continente (a “Doutrina Betancourt”). Tal princípio levou o país a alinhar-se ou a divergir dos Estados Unidos, dependendo da situação conjuntural do hemisfério. No plano econômico, porém, as relações entre os dois países foram bastante estreitas. Contudo, há que ressaltar que a democracia venezuelana necessitava da valorização de seu principal recurso gerador de divisas, o petróleo, para manter o desenvolvimento econômico e assegurar a estabilidade política.

Qual foi a reação dos Estados Unidos face às demandas de Caracas com relação à esta questão? A indiferença foi a resposta norte-americana. Como lembra Báez, frente a ela “a Venezuela dota um curso de ação internacional de alto conteúdo nacionalista. O objetivo é alcançar, como descrevera Rómulo Betancourt, uma modificação da situação na qual ainda segue ‘pendendo sobre a Venezuela esta espécie de espada de Damocles, do que unilateralmente se resolva na Casa Branca’ sobre o petróleo venezuelano. A política de *nacionalismo democrático* iniciada pelo Presidente Rafael Caldera (1969-1974) alcança expressão em decisões para lograr a fixação unilateral por parte da Venezuela dos preços de seu petróleo, a nacionalização do gás (e) as leis para regular a reversão das concessões. (...) A atividade internacional venezuelana se encaminha pela via do fortalecimento de sua capacidade de decisão autônoma. Se reduz o nível de tensão em relação à Cuba e se procura intensificar o intercâmbio com os países do bloco soviético” (BÁEZ, 1984, p.551-2).

Na década de 70, com a valorização do preço do petróleo pela OPEP (da qual a Venezuela era membro destacado), o país logrou aprofundar seu desenvolvimento econômico e atuação internacional. O apogeu desta fase deu-se com a primeira administração Carlos Andrés Pérez, de 1974 a 1979, quando os setores do petróleo, aço e cobre foram nacionalizados. A Venezuela passou a atuar ativamente na política internacional: no plano mundial, através do Movimento dos Países Não-Alinhados, e no plano hemisférico, com a criação do Sistema econômico Latino-Americano (SELA, sediado em Caracas) e procurando ocupar o papel de potência regional, estendendo sua influência no Caribe e América Central.

A ação diplomática venezuelana projetou o país e seu presidente ao primeiro plano (CAP era também membro ativo da Internacional Socialista). Internamente, o país atingiu sua melhor performance econômica, social e de estabilidade política. Apesar disso, o intenso ativismo internacional de Caracas era sustentado mais por uma conjuntura extremamente favorável do que por fatores estruturais, pois as administrações Herrera Campins (COPEI) e Jaime Lusinchi (AD) já tiveram que enfrentar crescentes problemas entre 1978 e 1989.

O conflito centro-americano (desde fins dos anos 70), a Guerra das Malvinas (1982) e a intervenção norte-americana em Granada (1983), perturbaram fortemente a região de projeção da diplomacia venezuelana e as relações hemisféricas com a crise da OEA. Além disso, o forte consenso bi-partidário em termos de política externa se enfraquece a partir da administração Herrera, acusada de pró-norte-americana, apesar de que após o episódio do Atlântico Sul cresceram as divergências com Washington. Finalmente, aumentam também as tensões com a Guiana com relação ao território de Essequibo.

Com relação ao Brasil, até então o relacionamento havia sido marcado primeiro pela indiferença e depois pela assincronia. Enquanto o Brasil mantinha uma postura diplomática calcada no nacionalismo desenvolvimentista nos anos 50, a Venezuela vivia sob a ditadura pró-norte-americana de Pérez Giménez; logo depois da redemocratização, Caracas conheceu ainda uma fase de identidade com os EUA (devido à questão cubana), enquanto Brasília desenvolvia a Política Externa Independente, a qual teria possibilitado o acercamento dos dois países; finalmente, na segunda metade dos anos 60 e na década de 70, quando a Venezuela expressava-se na política internacional através da autonomia de sua diplomacia e pela defesa da democracia, o Brasil conhecia o regime militar de Segurança Nacional, o qual atuava no plano mundial primeiro em alinhamento automático face aos EUA e, depois, através de uma po-

lítica de potência na América do Sul, que despertava os temores venezuelanos. Foi apenas nos anos 80 que a política exterior dos dois países propiciou condições de cooperação e perspectivas comuns.

O que vem a ser profundamente irônico é que a precoce experiência da *Política Externa Independente* brasileira (1961-64) possuía perspectivas bastante semelhantes com a posterior diplomacia de cunho autônomo dos presidentes Rafael Caldera e Carlos Andrés Pérez (1968-79). Mas a partir de 1974, o *Pragmatismo Responsável* do presidente Ernesto Geisel retomará, em seus aspectos essenciais, uma estratégia nitidamente baseada na *Política Externa Independente*. Assim, desde 1961 as relações exteriores do Brasil entraram em sua terceira fase, a da *multilateralização num sistema mundial de hegemonias em desgaste*. Tal período caracterizou-se pela inflexão rumo a uma diplomacia de âmbito mundial e multilateral, superando a dimensão hemisférica exclusivamente sob hegemonia norte-americana. Neste sentido, o governo Castelo Branco teria sido apenas, na expressão de Amado Cervo, apenas “um passo fora da cadência”.

O que, sem dúvida, levou o governo Geisel a realizar uma diplomacia quase com o mesmo perfil daquela contra a qual os militares haviam arremetido em 1964, foi o impacto que o primeiro choque petrolífero teve sobre a economia e, mesmo, sobre o projeto brasileiro de desenvolvimento. Tal impacto produziu resultados opostos aos sofridos pela economia venezuelana. Contudo, ainda que o *Pragmatismo Responsável* tivesse um perfil semelhante ao da diplomacia de Caracas do mesmo período, por razões de “política de potência” característica dos militares, bem como pelas demandas inerentes aos reajustes então introduzidos no modelo de desenvolvimento, a política externa de Brasília não priorizou o espaço latino-americano desde o início. Somente em 1978, com a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, e o início da busca de um entendimento com a Argentina na questão das barragens do Rio Paraná (que só avançará no governo Figueiredo), é que o enfoque começa a alterar-se, e que a Venezuela passa a constituir um objetivo sistemático da política externa brasileira.

OS ANOS 80: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS EM CONVERGÊNCIA

As relações Brasil-Venezuela e a inserção internacional de ambos durante os anos 80, apesar de expressarem visíveis pontos de convergência, não atingiram a intensidade que poderia ter sido obtida. Com os problemas do início da década, como o recrudescimento do conflito centro-

americano durante a administração Reagan (tornado um *affair* da Guerra Fria), a Guerra das Malvinas e a intervenção em Granada, a Venezuela reagiu articulando o *Grupo de Contadora* em 1983, juntamente com o México, a Colômbia e o Panamá, com vistas a alcançar uma solução política para as tensões sub-regionais. O Brasil, ainda que modestamente, apoiou tal iniciativa e, posteriormente, veio agregar-se à iniciativa através do *Grupo de Apoio a Contadora*. Além disso, Brasília e Caracas possuíam uma percepção comum face a muitos problemas *políticos* mundiais.

No campo econômico, entretanto, pouco avanço fora logrado. O Tratado de Cooperação Amazônica ainda não frutificara e o processo de integração não avançara. Como lembram Barbosa e César, “em meados dos anos 80, ao mesmo tempo em que a democratização fazia grandes progressos no continente, a marcha do processo integracionista na América Latina parecia não conseguir superar a dimensão da retórica bem intencionada. Num mundo em acelerada transformação econômica e tecnológica, os países membros da ALADI passavam por uma severa crise de ajustamento externo, o que induzia políticas de cunho protecionista e a redução sensível do comércio intra-regional. Na realidade, pode-se afirmar, hoje, que naquele momento desenvolvia-se uma sutil, algumas vezes explícita, oposição ao aprofundamento dos mecanismos de natureza multilateral regional. A necessidade premente de buscar divisas fortes lançava a segundo plano compromissos idealistas contraídos no começo da década. Em suma, o continente, ainda apegado ao modelo de substituição de importações, parecia continuar seu caminho na contramão das tendências mundiais” (Rubens BARBOSA e Luis Panelli CÉSAR, “A Integração Sub-regional, Regional e Hemisférica: o Esforço Brasileiro” in FONSECA Jr. e CASTRO, 1994, p.292).

Embora o segundo choque petrolífero (na passagem dos anos 70 aos 80) tenha causado um impacto diferente em ambos os países, sendo um exportador e outro importador de petróleo, na década de 80 a situação da Venezuela e do Brasil apresentarão traços comuns. As flutuações do preço do petróleo (que voltou a cair em meados da década) e a excessiva dependência venezuelana em relação à exportação desse produto, faziam com que os efeitos econômicos positivos fossem apenas conjunturais, persistindo os problemas estruturais.

Um dos problemas comuns para os dois países foi a crise da dívida externa, desencadeada pela acentuada elevação das taxas de juros ocorrida no início da década. Em 1982 e 1983 o Brasil enfrenta uma severa recessão, que o obriga inclusive a suspender temporariamente o reembolso da dívida externa. A Venezuela, face às vantagens iniciais da ele-

vação dos preços do petróleo, conseguiu fazer frente ao agravamento da crise da dívida por mais tempo que o Brasil, mas, em 1988, também teve de suspender temporariamente o pagamento das dívidas internacionais.

Abstraindo-se esses fatores localizados (embora de caráter estruturais), o que se percebe são as crescentes dificuldades do modelo de substituição de importações, que atingem ambos os países. Não se trata essencialmente do esgotamento deste projeto enquanto tal, mas de sua progressiva incapacidade de responder às transformações em curso na economia internacional. A instabilidade macroeconômica, causada imediatamente pelos choques petrolíferos e pela crise da dívida, insere-se no processo mais amplo da Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Tecno-científica (RTC). Essa, desencadeada a partir dos anos 70 e intensificada na década de 80, provocou uma mudança significativa na distribuição geográfica das vantagens comparativas reais ou potenciais em escala mundial.

A aceleração e aprofundamento do processo de *globalização*, a qual ampliava o escopo espacial da organização da atividade das empresas, não poderia deixar de produzir tensões no sistema multilateral de comércio e desafiar os “projetos nacionais de desenvolvimento”. A crise energética e da dívida externa, neste sentido, eram apenas parte de uma reestruturação mais ampla. Desta forma, os anos 80 serão caracterizados pela postura defensiva e pela resistência, cada vez mais difícil, dos modelos de substituição de importações em muitos países da América Latina. Assim, um problema comum, ironicamente, afastava países como Brasil e Venezuela de uma cooperação mais estreita e, mesmo, do caminho da integração.

No plano político, contudo, as relações entre Brasília e Caracas foram marcadas por uma convergência progressiva. Embora a crise centro-americana e as tensões no Caribe afetassem mais diretamente a Venezuela, também o Brasil começa a preocupar-se, desenvolvendo uma postura comum na busca de uma solução política para a questão, evitando que evoluísse como parte do confronto leste-oeste. Além da participação no Grupo de Apoio a Contadora e nas gestões unilaterais da diplomacia brasileira neste sentido, o governo Figueiredo envolveu-se mais diretamente no problema do Suriname, evitando que também este país fosse tragado pelo “redemoinho caribenho-centro-americano”.

Outro fator responsável pelo relaxamento e convergência das relações Brasil-Venezuela foi o processo de redemocratização brasileiro, o que solidificou a confiança venezuelana na diplomacia do Itamaraty, a qual, a bem da verdade, não sofreu alterações qualitativas na transição do Regime Militar para a “Nova República”. Aliás, as redemocratizações ocorri-

das também na Argentina e Uruguai, quase simultâneas à brasileira, fizeram com que a política exterior da Venezuela se concentrasse no temas da diplomacia econômica e da questão da América Central e Caribe.

Embora o governo Lusinchi tenha mantido uma posição inicialmente reservada (e mesmo ambígua) face à Iniciativa de Cartagena, provavelmente esperando um tratamento privilegiado para o reescalonamento da dívida externa, a Venezuela logo se somou aos demais países signatários. Quanto ao problema centro-americano, a diplomacia venezuelana expressou sua grande preocupação com o perfil intervencionista da política externa norte-americana para a região, posição bastante próxima da brasileira. Finalmente, nas questões de âmbito planetário (sobretudo as relativas ao mundo em desenvolvimento), envolvendo organizações como as Nações Unidas, o Grupo dos 77 e o Movimento dos Países Não-Alinhados, as posturas venezuelana e brasileira coincidiram em seus traços gerais, tendendo a expressar uma voz de liderança dos países do Terceiro Mundo no quadro do antagonismo Norte-Sul (MEDINA, 1985: p.81).

“LOS GRANDES VIRAJES”: AS ESTRATÉGIAS NEOLIBERAIS

Em 1989 Carlos Andrés Pérez (“CAP”) retorna ao poder na Venezuela, prometendo a “volta aos bons tempos”, uma vez que seu primeiro mandato ficara caracterizado como o de apogeu do modelo. Um ano depois, Fernando Collor de Mello assumia a presidência no Brasil (na primeira eleição direta desde 1960), apregoando o “início de novos tempos modernizadores”. Ao mesmo tempo, o mundo era abalado pela queda espetacular dos regimes socialistas do leste europeu, pelo episódio da Praça Tiannamen e pela acentuada redução do papel internacional da União Soviética (logo pela sua própria desintegração).

A Guerra Fria e o sistema bipolar chegavam a seu fim, enquanto o triunfo do neoliberalismo era apontado como o principal signo da nova ordem internacional emergente. O brusco deslocamento diplomático e econômico ocorrido, então, no sistema mundial perturbou os parâmetros de inserção internacional dos países do Terceiro Mundo, com impactos imediatos na América Latina. Assim, o contexto em que ocorreu a implantação dos novos governos condicionou fortemente suas opções, fazendo com que homens politicamente tão diferentes como Collor de Mello e Andrés Pérez adotassem estratégias assemelhadas.

Poucas semanas após assumir o poder, CAP surpreendeu os venezuelanos com “el gran viraje”, a aplicação de um pacote de medidas eco-

nômicas de cunho liberalizante, na perspectiva aconselhada pelo Fundo Monetário Internacional. As conseqüências sociais, políticas e psicológicas do brutal conjunto de medidas levou grande parte da população venezuelana a reagir de uma maneira inesperada, com o desencadeamento de uma verdadeira insurreição civil em 27 de fevereiro de 1989 (“27 F” ou *caracazo*), a qual prolongou-se por alguns dias por todo país, deixando centenas de mortos (detalhes sobre o governo CAP em VIZENTINI, 1994).

O 27 F constituiu, talvez, a verdadeira “gran viraje”, uma advertência não apenas para a Venezuela, mas para todas as nações da América Latina que se lançavam pela senda neoliberal. Contudo, a ajuda emergencial recebida do exterior e a repressão permitiram contornar os aspectos mais graves do preocupante evento, e a espetacular evolução dos acontecimentos internacionais do ano de 1989 logo o obscureceram. O aumento do preço do petróleo, na esteira da invasão do Kuwait pelo Iraque, em agosto de 1990, permitiram à Venezuela uma relativa recuperação macroeconômica, parecendo afastar o fantasma do *caracazo*. A estabilidade, entretanto, era apenas aparente.

No Brasil, o novo governo parecia mais disposto a reverter o quadro do “quinquênio perdido da década perdida”, no qual a instabilidade macroeconômica aprofundara o declínio da competitividade brasileira, do que a atentar para o problema que a Venezuela enfrentara e daí tirar os devidos ensinamentos. Aliás, a situação de dificuldades vivida durante o governo Andrés Pérez, poderia ser considerada como uma *avant-première* da futura crise mexicana. Mas a leitura que o governo Collor fazia do fim da Guerra Fria era a de um triunfo absoluto dos Estados Unidos e do modelo neoliberal. Face à brusca alteração do cenário internacional, tornou-se urgente adequar-se às novas condições, preparando-se para lograr um novo acercamento com o Norte.

As reformas promovidas no Brasil iam na mesma direção que as da Venezuela. Como lembra em sua cáustica avaliação o falecido Embaixador Paulo Nogueira Batista, “o temperamento de Collor - seu voluntarismo, sua impaciência - daria ao alinhamento brasileiro ao Washington Consensus algumas características pessoais que disfarçariam a origem externa do programa presidencial. O ex-presidente imprimiria à abertura unilateral do mercado brasileiro um ritmo muito mais veloz, por exemplo, do que o adotado no México, que começou na presidência de Miguel de La Madrid e só se completaria na de Salinas de Gortari”.

Prosseguindo em sua análise, Nogueira Batista argumenta que “de um só golpe, Collor eliminou todos os obstáculos não-tarifários e iniciou um processo de redução acelerada das barreiras tarifárias. Tudo isso em

plena recessão e sem a preocupação de buscar contrapartidas para os produtos brasileiros nos mercados externos nem de dotar o país de um mecanismo de salvaguardas em relação às práticas desleais de comércio de nossos competidores. Exatamente o contrário, portanto, do que fizeram os países plenamente desenvolvidos em que Collor pretendia se inspirar e cujo processo de abertura comercial, limitado aos produtos industriais, se fez ao longo de quatro décadas e de numerosas rodadas de negociações no âmbito do GATT, à medida em que suas economias se expandiam, com base na estrita reciprocidade e acompanhadas, desde sempre, por mecanismos de salvaguardas comerciais” (BATISTA, 1993: p. 110).

Os impactos econômicos e sociais desses processos paralelos, logo tiveram conseqüências político-institucionais sérias, culminando com o *impeachment* de Collor em 1992 e o de Andrés Pérez em 1993. As acusações de corrupção, que formalmente propiciaram o afastamento de ambos, na verdade encobriam um complexo e emaranhado conflito de interesses político-econômicos, deflagrados com a brusca abertura externa da economia e os correspondentes ajustes internos. No caso brasileiro, tal processo foi conduzido dentro de um quadro de estabilidade institucional, e o Vice-Presidente Itamar Franco promoveu expressiva alteração na política externa e na estratégia de abertura econômica. Na Venezuela, a inviabilização do governo CAP ocorreu de forma bastante acidentada, com duas tentativas de golpe de Estado em 1992 (o 4 F e o 27 N), forte agitação social e progressiva desagregação do regime político estabelecido em 1958 com o Pacto de Punto Fijo. Além disso, o *impeachment* só ocorreu alguns meses antes das eleições, que transcorriam um ano antes da brasileira.

Enquanto na Venezuela o obstinado governo CAP tentou até o último momento manter seu projeto, adaptando-o a pequenas alterações e promovendo com habilidade determinados recuos táticos, no Brasil o quadro foi mais complexo e contraditório. País dotado de uma economia bastante diversificada, portadora de interesses múltiplos, a aplicação do projeto neoliberal e da ampla abertura externa teve contratendências poderosas. Como ressaltam Tavares e Fiori, “tanto a resistência à mudança como as dificuldades de coordenação para avançar têm suas raízes profundas no sucesso do *modelo passado*, que permitiu a convivência e heterogeneidade estrutural dos grupos econômicos brasileiros, das mais distintas origens, sua grande dispersão setorial, pequena escala e baixo grau de conglomeração. Na ausência de alianças estratégicas entre si e com o sistema financeiro, os grupos econômicos tem recorrido ao acesso privilegiado do Estado para defender seus interesses particulares (...)” (TAVARES e FIORI, 1994: p 108). Assim, o Brasil de Collor e, em

maior medida o de Itamar Franco, avançaram através de respostas contraditórias, mantendo os impasses de longo prazo.

Essas “digressões” sobre a estratégia liberalizante são fundamentais para a compreensão da política exterior de ambos países. No âmbito das questões acima analisadas, o elemento mais importante foi, sem dúvida o acercamento Brasil-Argentina, iniciado pelos governos Sarney e Alfonsín. Durante o governo Collor, este processo de integração bilateral foi aprofundado e ampliado, com a criação do MERCOSUL, através da incorporação do Uruguai e Paraguai. Esta experiência reveste-se de particular importância para as relações presentes e futuras entre os países sul-americanos. Segundo Rubens Barbosa e Luis Panelli César, “o aprofundamento e a aceleração do processo de integração bilateral foram, em grande medida, estimulados pelo novo clima de liberalização econômica e de abertura externa observado em ambos os países no período recente. Mas, é preciso também notar que o processo negociador da integração ocorre num momento particularmente difícil nos cenários interno e externo, marcado por ensaios sucessivos de ajuste econômico anti-inflacionário e por uma conjuntura internacional especialmente severa para com a América do Sul” (BARBOSA e CESAR, op. cit.: p. 294-5).

Como analisar uma iniciativa como o estabelecimento do MERCOSUL, nos marcos de uma estratégia liberalizadora então corrente? A vigência de interesses e o sucesso do modelo anterior, como foi mostrado acima por Tavares e Fiori, certamente constituem um argumento de peso. Além disso, há que agregar o elemento estrutural, estudado em profundidade por Amado Cervo na obra *O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias*, que consiste no fato de que as relações internacionais brasileiras tiveram, desde Vargas, uma concepção dominante de *política externa para o desenvolvimento* (CERVO, 1994: P.53s). Ainda que afetado pelas oscilações e alterações que caracterizaram os diversos governos, o Itamaraty tornou-se uma espécie de guardião de um projeto nacional, no qual as relações exteriores constituíam um fator estratégico para o desenvolvimento econômico.

Em vários momentos, o Itamaraty desenvolveu uma “atuação compensadora” (expressão do Emb. Nogueira Batista), evitando maiores danos à projeção internacional de longo prazo e ao processo de desenvolvimento, durante algumas conjunturas politicamente desfavoráveis. Tal foi o caso, por exemplo, do ocorrido no governo Collor, pois, entre outras ações, “o Acordo 4+1, entre os integrantes do Mercosul e os Estados Unidos (...), pode ser apontado como outro exemplo da engenhosidade do Itamarati na salvaguarda da integridade do Mercosul, amea-

çada que estava pela tentação de alguns de seus membros a negociar bilateralmente com os EUA, no quadro da iniciativa Bush, sobre matérias objeto do Tratado de Assunção” (BATISTA, *op.cit.*, p.122).

Uma das constatações que se pode fazer, é que a partir daqui se tornará cada vez mais presente a dialética globalização-regionalização, pois a ampliação espacial em escala planetária da atividade empresarial, desenvolveria um mecanismo compensatório face à esse processo avassalador, através do crescente interesse em promover arranjos minilaterais de preferências comerciais (cfe. FRITSCH, in VELLOSO, 1994: p. 216). Isto diz respeito tanto aos pólos hegemônicos do Primeiro Mundo, com a constituição dos chamado mega-blocos, como a determinados países em desenvolvimento, como é o caso do MERCOSUL.

A Venezuela, por sua vez, também seguiu um caminho semelhante. Durante o governo Andrés Pérez foram empreendidas uma série de iniciativas de integração subregional. Além de sua vinculação ao Pacto Andino, Caracas atuou intensamente no Grupo dos Três, conduziu um processo de abertura recíproca com a Colômbia, assinou em 1992 com os países-membros do CARICOM o Acordo sobre Comércio e Investimento, além de haver sido um dos proponentes das iniciativas conhecidas como Compromisso de Caracas e Declaração de Caracas, ambas de fevereiro de 1993. O Compromisso de Caracas estabeleceu as bases para o desenvolvimento de projetos de cooperação entre o G-3 e os países centro-americanos, enquanto a Declaração de Caracas lançou os fundamentos para o estabelecimento de um Acordo de Livre Comércio entre Venezuela e Colômbia de um lado, e Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador e Guatemala de outro.

Todas estas iniciativas de integração subregional, entretanto, sofreram o impacto do NAFTA, que passou a exercer enorme influência sobre os países do norte da América do Sul, como Venezuela e Colômbia, além, é óbvio, de absorver o México. A primeira consequência foi que o G-3 iniciou um processo de adiamento do seu cronograma original, bem como de alteração dos próprios objetivos do agrupamento(a desagravação tarifária poderá estender-se por um período de até 15 anos). Além disso, no tocante ao Grupo Andino percebe-se tendências ao esvaziamento e à fragmentação, com as dificuldades em estabelecer a Tarifa Externa Comum, a busca da Bolívia de um acercamento em relação ao MERCOSUL, bem como do Equador ao G-3 e a “suspensão temporária das obrigações” assumidas pelo Peru no Grupo.

Evolução diferente será conhecida pela Iniciativa Amazônica, analisada adiante. Aliás, alguns problemas amazônicos localizados obrigaram o Brasil e a Venezuela a aproximar-se já durante as administrações

Collor e CAP. Esses problemas diziam respeito, sobretudo, à expansão do garimpo clandestino no norte do Brasil, os quais franqueavam a insuficientemente demarcada fronteira entre os dois países. Os inúmeros incidentes ocasionados produziram atritos entre Caracas e Brasília, obrigando as autoridades de ambos países à realizarem vários encontros, o que veio a ser positivo.

A RECENTE COOPERAÇÃO BRASIL-VENEZUELA E SUAS POTENCIALIDADES

As relações Brasil-Venezuela serão intensificadas durante as administrações Itamar Franco (iniciada em fins de 1992) e Rafael Caldera (empossado no início de 1994). A estratégia brasileira de “temperar” a abertura externa, desde o estabelecimento do governo encabeçado pelo Vice-Presidente, e a redefinição do panorama político venezuelano, que culminou com o retorno de Rafael Caldera ao poder, constituíram fatores decisivos para este acercamento. Outro elemento que merece ser destacado, é a evolução do cenário internacional, particularmente na esfera econômica. Nesse aspecto, a afirmação do NAFTA e a pouca eficácia lograda pela maioria das políticas de reinserção internacional da quase totalidade dos países em desenvolvimento na Nova Ordem Mundial, bem como os fortes efeitos desestabilizadores produzido por esta, representaram as questões decisivas.

Pode-se afirmar que o primeiro passo que propiciou o estabelecimento de uma cooperação mais sistemática entre Brasil e Venezuela, foi a *Iniciativa Amazônica*, lançada pelo Presidente Itamar Franco em Buenos Aires, durante o encontro do Grupo do Rio (dezembro de 1992). Brasília manifestava interesse em ampliar as fronteiras econômicas e comerciais da região, dinamizando a aproximação com os países setentrionais da América do Sul, e nela envolvendo os estados amazônicos brasileiros. Em 1991 o PIB dos países do Grupo Andino, da Guiana e do Suriname foi de 171 bilhões de dólares, enquanto no mesmo período suas exportações alcançavam uma cifra de 29 bilhões de dólares. Além disso, esses países afiguram-se como importantes parceiros comerciais, com o Brasil interessando-se em colocar alguns de seus produtos industrializados e absorver petróleo da Venezuela e Equador, carvão térmico colombiano e gás produzido por Peru e Bolívia.

A Iniciativa propôs a elaboração de Acordos de Cooperação Econômica com cada um dos países da região amazônica, nos marcos da ALADI. Isto, certamente, estabelece bases realistas e pragmáticas para

a cooperação subregional. Mas, ao lado desses aspectos econômico-quantitativos, há que observar uma política de largo alcance. Uma vez consolidado o MERCOSUL, tornava-se necessário ampliar o processo de integração para o âmbito sul-americano como um todo. A América do Sul, além de constituir nosso ambiente geográfico e circunstância política, passou a ocupar o primeiro lugar em nossa parceria comercial, seguido pela União Européia e, depois, pelos Estados Unidos.

Neste contexto, o Chefe de Estado brasileiro lançou em outubro de 1993 a iniciativa da Área de Livre Comércio Sul-Americana que, ao longo dos próximos dez anos, deverá desagregar praticamente todo o comércio, a partir de 1995. “A ALCSA resultará, portanto, da articulação entre os processos de integração em curso na América do Sul e deverá envolver também a participação do Chile. A nova Zona de Livre Comércio estimulará, por sua vez, a aproximação das experiências integracionistas na América do Sul com os esquemas de livre comércio e de integração de outras áreas do hemisfério americano, assim como de outras regiões do mundo” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1994: P.35). Os entendimentos bilaterais com a Venezuela e a Colômbia, atualmente em curso, já se inscrevem nos marcos da ALCSA, a qual foi adotada pelo MERCOSUL como proposta coletiva. Assim, as atuais negociações com o Chile e a Bolívia, envolvem o conjunto do MERCOSUL de um lado, e o restante das nações sul-americanas de outro, em grupo ou individualmente.

No contexto desta política de ampliação da integração, fomentada originalmente pelo Brasil, a cooperação com a Venezuela afigura-se como elemento fundamental. Isto se deve à complementaridade existente entre os dois países, à estratégica posição particular ocupada pela Venezuela na confluência dos diversos processos de integração subregional e, talvez o mais importante de tudo, a identidade de percepções, necessidades e objetivos esboçadas pelos dois países nos marcos desta ampla problemática. Após saudar a criação do NAFTA, o presidente Itamar Franco reafirmou em correspondência aos demais membros do MERCOSUL, a “disposição de negociar sempre em conjunto quaisquer acordos de cooperação com outras áreas de comércio” (Ibid, p.36).

Esta percepção da importância da integração latino-americana como forma de negociação coletiva, aparece de forma ainda mais explícita no discurso das autoridades venezuelanas. O Embaixador venezuelano no Brasil, Alfredo Toro Hardy argumenta que “a idéia de um MERCOSUL ampliado com vistas à sua conversão em uma Área Sul-Americana de Livre Comércio se coloca não apenas como a melhor saída, senão virtualmente a única, pelo menos num futuro próximo” (II FORO MERCOSUR NAFTA, 1994: p 67).

Na mesma linha de raciocínio, Oscar Hernandez, Conselheiro da Embaixada da Venezuela no Brasil, após destacar a importância da América Latina para a economia mundial e para os Estados Unidos, conclui que Washington tem interesse em articular uma integração hemisférica a partir do NAFTA. Mas, para tanto, deseja negociar com nossos países temas como propriedade intelectual, normas de inversão, comércio e meio ambiente, bem como as questões ligados ao chamado *dumping social*. Segundo o diplomata, nossos interesses são “muito mais vulneráveis e manejáveis quando se trata de uma negociação bilateral, que poderia ser a dificuldade ou a fortaleza em uma negociação multilateral. Aí pode dar-se uma desvantagem para o Chile se empenhar-se em negociar só”. Depois de desmistificar o NAFTA idealizado por países que nele pretendem ingressar individualmente, afirma que este “só poderia ampliar-se com a criação do SAFTA, o que quer dizer que só negociaríamos quando estivéssemos prontos, não havendo integração hemisférica até que os países sul-americanos estejam em condições de negociar com o NAFTA” (Ibid, p. 79-80).

A posição da diplomacia venezuelana é reforçada por Sebastian Alegrett, Embaixador de seu país na OEA, ao considerar que “a formação de uma zona de livre comércio desde o Alaska até a Patagônia pode demorar todavia algum tempo. Mas é muito o que se pode avançar na negociação de bases comuns para um entendimento sobre as regulamentações que afetam a economia, os negócios e o comércio, a fim de ir criando uma transparência maior nas relações hemisféricas e as condições indispensáveis de segurança para seu desenvolvimento. Enquanto isto ocorre, os países latino-americanos devem empreender decididamente, e o quanto antes, sua própria integração, o que facilitará e seguramente contribuirá para que a futura integração continental se produza em condições de menor assimetria e maior equidade” (Ibid, p. 35-6).

O relacionamento Brasil-Venezuela, todavia, não se pautava apenas pela perspectiva comum acima mencionada. Depois de um gradual acercamento, ocorreu o salto qualitativo na cooperação bilateral, com a assinatura do *Protocolo de Guzmanía* em março de 1994, durante encontro dos Presidentes Rafael Caldera e Itamar Franco. No referido documento, os dois mandatários discutiram os “temas da atualidade internacional e regional, coincidindo na avaliação das transformações substanciais da cena mundial que representam novos e importantes desafios políticos, econômicos e sociais para os dois países. Ao examinar a situação da América Latina e do Caribe, os Presidentes ressaltaram a consolidação da democracia e a urgente necessidade de promover o desen-

volvimento econômico e a justiça social. Ambos frisaram a urgente necessidade de adotar medidas eficazes para combater a pobreza, para minimizar o custo social das necessárias medidas de ajuste econômico de modernização, assim como para promover o desenvolvimento ambientalmente sustentável” (*Comunicado Conjunto La Guzmania*, 1994: p.3).

Além da óbvia convergência nas questões da grande diplomacia, a iniciativa abriu a discussão de uma pauta sobre questões específicas no relacionamento bilateral. A Comissão Binacional de Alto Nível, integrada pelos respectivos Chanceleres, passou a tratar da negociação de acordos de complementação econômica e de dupla tributação, cooperação fronteiriça, cultural, questões vinculadas à mineração e atividades envolvendo as Forças Armadas de ambos países. Além disso, aborda-se o combate conjunto ao narcotráfico, demarcação de fronteiras, levantamento cartográfico, implementação do projeto SIVAM/SIPAM, cooperação na área ambiental, estabelecimento de ligação hidrográfica entre as bacias do Amazonas e do Orinoco e a ampliação do Acordo de Transporte Terrestre de Carga (*Gazeta Mercantil*, 7/3/1994, p.3).

Atestando o adensamento e a excelência das relações bilaterais, o Presidente Caldera manifestou o apoio de seu país ao ingresso do Brasil num Conselho de Segurança da ONU ampliado, em seu discurso na XLIX Assembléia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, o mandatário venezuelano frisou que esperava “modificações como a ampliação da representação permanente, dando-lhe um posto seguro ao Brasil no Conselho de Segurança. A América Latina tem direito a esta posição pela sua fortaleza espiritual e sua atitude constante em prol da liberdade e amizade entre os povos”.

CONCLUSÕES

O objetivo deste ensaio introdutório consistiu em proceder a uma análise comparativa das políticas exteriores do Brasil e da Venezuela, partindo da interpretação das estruturas de longa duração de cada uma, para chegar a uma avaliação do atual adensamento de relações entre os dois países, bem como das potencialidades e perspectivas deste acercamento. A história das relações diplomáticas interamericanas nos mostra acentuadas diferenças na política exterior dos dois países, assim como a pouca intensidade dos vínculos existentes entre ambos até recentemente. Outra conclusão que se pode inferir é que o surgimento de semelhanças e pontos de convergência entre Brasília e Caracas refere-se à conver-

são da política externa em instrumento básico na busca do desenvolvimento econômico, o que produziu atritos com os países hegemônicos, em particular os EUA, e a afirmação de uma diplomacia mais autônoma (também uma forma de barganha).

O elemento catalisador da aproximação sistemática dos dois países foi o forte impacto do processo de abertura econômica e de reconversão de perfil neoliberal. A “nova ordem mundial” inviabilizou as tradicionais formas de inserção internacional de ambos, obrigando-os a bruscos reajustes neste campo, com resultados pouco satisfatórios, em função do adverso contexto mundial e mesmo hemisférico, desde o estabelecimento do NAFTA. As reações esboçadas a partir do início dos anos 90, como a criação do MERCOSUL, e com a agora a iniciativa da ALCSA, precisam ser consolidadas e aprofundadas. A Venezuela, neste sentido, não apenas compartilha plenamente da perspectiva brasileira, como constitui ainda um país chave para esta consolidação, ampliação e aprofundamento do processo de integração regional, tal como foi esboçado anteriormente.

Mais do que da articulação de um “discurso diplomático competente”, este elemento dependerá da formulação de estratégias nacionais e regionais de desenvolvimento e da articulação redimensionada dessas à economia mundial. O aprofundamento do processo de globalização-regionalização exige definições claras e urgentes, para superar-se os atuais impasses. Neste sentido, o Brasil é o país que necessita formular respostas definidas mais rapidamente, na medida em que o novo governo ainda não completou seis meses, e enfrenta um panorama político interno não totalmente definido.

Nesta perspectiva, o Brasil deve avaliar seriamente as ponderações venezuelanas, sobretudo após o desencadeamento da crise mexicana em fins de 1994 e inícios de 1995. Ao contrário dos países recentemente democratizados, onde a tolerância de uma população acostumada a determinados padecimentos permite aos governos uma maior margem de manobra na implantação das reformas estruturais que se fazem necessárias, a Venezuela já experimentou os limites extremos a que pode chegar uma comunidade acostumada à estabilidade político-econômica, quando o choque monetarista implode as estruturas sociais vigentes. É por isso que os venezuelanos defendem a necessidade dos governos latino-americanos reformarem o Estado de maneira que ele possa reassumir suas funções de promoção do desenvolvimento econômico e social, deixando de lado a visão integrista de desmantelamento do Estado, como enfatiza o Embaixador Sebastian Alegrett.

O atual governo venezuelano possui bases políticas consideráveis

para implementar esta concepção. Embora o presidente Rafael Caldera tenha saído do COPEI, e sido eleito por uma coalizão de centro esquerda denominada Convergência Nacional, o conceito democrata-cristão de “justiça social internacional” presta-se excelentemente para embasar a atual diplomacia do país (MARTZ, 1986, 137-8). No caso do Brasil, a falta de dinamismo mundial por muitos dos produtos nos quais o país se especializou, as dificuldades específicas das exportações para outras regiões, bem como a retomada do crescimento econômico por parte dos países latino-americanos, levou-nos a afirmar nossa opção regional, pois o hemisfério afigura-se-nos como o melhor cenário (ainda que o país mantenha sua vocação multilateralista, na medida do possível).

Finalmente, face a essas considerações, que deverão ser discutidas neste seminário, deve-se considerar que é preciso que o Brasil e a Venezuela não façam de seu progressivo acercamento apenas uma contingência tática, como forma de reação à uma conjuntura crítica. É necessário que nossos países encarem suas relações atuais como ponto de partida para uma nova concertação estratégica de longo prazo, para que a inserção na nova ordem mundial possa conduzir ao desenvolvimento e à integração. Enfim, é preciso evitar a repetição de determinadas atitudes imediatistas e de perspectiva modesta, as quais, infelizmente, ocorreram não poucas vezes na história das relações interamericanas.

FONTES CONSULTADAS E INDICADAS

A) Livros e Artigos:

- ARAÚJO Jr., et alii. *Brasil: o desafio da abertura econômica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- BÁEZ Cabrera, Maurício. “La Política Exterior de Venezuela”, in PUIG, Juan Carlos (Comp.). *América Latina: Políticas Exteriores Comparadas*. Buenos Aires, Grupo Editor Latino-americano, 1984, vol. II.
- BATISTA, Paulo Nogueira. “A política externa de Collor: modernização ou retrocesso?”, in *Política Externa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais e Política Comparada da USP, vol. 1, nº 4, 1993.
- BOERSNER, Demétrio. *Relaciones Internacionales de América Latina: Caracas*, Nueva Sociedad, 1986.
- BOND, Robert. “Venezuelan Policy in the Caribbean Basin”, in FEINBERG, Richard. *Central América: international dimensions of the crisis*. New York: Holmes & Meyer, 1982.
- CALDERA, Rafael. *Dos Discursos*. Caracas: Editorial Arte, 1992.

- CARDOSO da Silva, Elsa, y ROMERO, Maria Teresa. "Política exterior de Venezuela en 1990: dinamismo y contradicciones en un contexto cambiante", in HEINE, Jorge (comp.). *? Hacia unas relaciones Internacionales de Mercado?* Anuário de Políticas Exteriores Latino-americanas 1990-1991. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.
- CASTRO Martinez, Pedro Fernando. *Fronteras Abiertas*. Expansionismo y geopolítica en el Brasil contemporáneo. México: Siglo XXI, 1980.
- CERVO, Amado Luis (org.). *O Desafio Internacional*. a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: UnB, 1994.
- Comunicado Conjunto la Guzmania*. Ministério de Relaciones Exteriores, República de Venezuela, 1994.
- DÍAZ Müller, Luis. *América Latina: Relaciones Internacionales y Derechos Humanos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- FERMIN, Júlio. "Venezuela: la crisis política en una nueva encrucijada". in *Alai: Servicio Informativo*: Quito, nº 169, abril 1993.
- FONSECA Júnior, Gelson, e CASTRO, Sérgio Nabuco de (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira II*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, 2 volumes.
- FONSECA Júnior, Gelson, e LEÃO, Valdemar Carneiro (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira*. São Paulo: Ática; Brasília: IPRI, 1989.
- GIACALONE, RITA. "La política centroamericana de Venezuela (1979-1987)", in EGUIZÁBAL, Cristina (Ed.). *América Latina y la crisis centro-americana: en busca de una solución regional*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.
- GONÇALVES, Williams da Silva, e MIYAMOTO, Shiguenoli. "Os militares na política externa brasileira: 1964-1984", in *Globalização*. Estudos Históricos, nº 12. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- HOLBRAAD, Carsten. *Las potencias medias en la política internacional*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- KARL, Terry Linn. "Petróleo e Pactos Políticos: a Transição para a democracia na Venezuela", in O'DONNELL, Guillermo, e outros (ed.). *Transições do Regime Autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988.
- KRIVOY, Ruth de. "Venezuela ante el proceso de integración andina". in *Integración Latinoamericana*. Buenos Aires, vol. 12, nº 127, set. 1987.
- MARTA Sosa, Joaquín. "Venezuela 1989-1993: cambios, elecciones y balas", in *Nueva sociedad*. Caracas: mar-abril 1993.
- MARTZ, John D. "A Política externa venezuelana e o papel dos Partidos políticos", in MUÑOZ, Heraldo, e TULCHIN, Joseph (Ed.). *A América Latina e a Política Mundial*. São paulo: Convívio, 1986.
- MEDINA, Taisa. "Venezuela: rasgos centrales de la política exterior, 1983-1984", in MUÑOZ, Heraldo (comp.). *Las políticas exteriores latinoamericanas frente a la crisis*. Anuário de políticas Exteriores latinoamericanas 1984. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1985.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *A Política Externa do Governo Itamar Franco*. Brasília: MRE, 1994.

- MOISÉS, José Álvaro (org.). *O Futuro do Brasil.. A América Latina e o fim da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MUÑOZ v., Heraldo (comp.). *El Fin del Fantasma*. las relaciones internacionales después de la guerra fría. Santiago: Hachette, 1992.
- NAIM, Moises. *Paper tigers & Minotaurs*. The politics of Venezuela's Economic Reform. Washington: The Carnegie Endowment for International Peace, 1993.
- OCHOA, Orlando. "Changing politics of Venezuela in 1992: Oil, Democracy and Economic Reforms", in *The Oxford international Review*. Oxford: Oxford University Press, June 1992.
- PASTOR, Robert A. *Whirlpool: U.S. Foreign Policy toward Latin America and the Caribbean*. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- PLASTINO, Carlos Alberto, e BOUZAS, Roberto (orgs.). *A América Latina e a Crise Internacional*. Rio de Janeiro: Graal/Instituto de Relações Internacionais PUC/RJ; (México): Instituto de Estudios de Estados Unidos - CIDE, 1985.
- Relatório do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília, 1978 a 1990.
- SCARLATO, Francisco Capuano, e outros (orgs.). *O Novo Mapa do Mundo: globalização e espaço latino-americano*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994.
- SERBIN, Andrés. *El Caribe ¿zona de paz? geopolítica, integración y seguridad*. Caracas: Nueva Sociedad. 1989.
- TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- TOMASINI, Luciano (comp.). *Transnacionalización y desarrollo nacional en América Latina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1984.
- TOMASINI, Luciano. *La Política Internacional en un Mundo Postmoderno*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1991.
- VV.AA. *II Foro Mercosur NAFTA*. São Paulo: Cuadernos del Parlatino nº 06, 1994.
- VV.AA. *Reflexões sobre a Política Externa Brasileira*. Brasília: IPRI/FUNAG/Ministério das Relações Exteriores, 1993.
- VV.AA. *Los Países del CAME y América Latina*. Moscú: Progreso, 1983.
- VELOSO, João Paulo dos Reis, e FRITSCH, Winston (coords.). *A Nova Inserção Internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- VIZENTINI, Paulo G. F. *A situação política da Venezuela e suas perspectivas*. Cadernos do IPRI, nº 13. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI/MRE, 1994.
- _____. (org.). *A Grande Crise*. a nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. *Relações Internacionais e Desenvolvimento*. O Nacionalismo e a Política Externa Independente/1951-1964. Petrópolis: Vozes, 1995.
- WELSCH, Friedrich. "Venezuela: transformación de la cultura política", in *Nueva sociedad*. Caracas, sept-nov. 1992.

- WILHELMY, Manfred. "Venezuela: política Exterior en la adversidad", in MUÑOZ, Heraldo (comp.). *Las políticas exteriores de América Latina y el Caribe: continuidad en la crisis*. Anuário de políticas exteriores latinoamericanas 1986. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987.
- WILHELMY, Manfred, y VIO, Eduardo. " Democracia, inestabilidad regional y crisis económica: la política exterior de Venezuela 1984-1985, in *América latina y el Caribe: políticas exteriores para sobrevivir*. Anuário de Políticas Exteriores latinoamericanas 1985. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1986.

B) *Periódicos Jornalísticos e Especializados:*

Cadernos do Terceiro mundo
Carta Internacional
Contexto Internacional
Diário Oficial da República Federativa do Brasil
El País
Folha de São Paulo
Gazeta Mercantil
Le Monde Diplomatique
Newsweek
O Estado de São Paulo
Política Externa
Revista Brasileira de Política Internacional